



**PARTE I – Duração: 2 horas**

A sociedade ABC, Lda., com sede em Lisboa, detinha, desde 1 de janeiro de 2021, um imóvel para arrendamento, que havia sido adquirido por 800 000 EUR e estava a ser depreciado, numa base anual, pelo método da linha reta, com uma vida útil estimada de 40 anos e sem valor residual. O edifício encontra-se mensurado por 825 000 EUR, valor este correspondente ao seu justo valor, uma vez que a entidade utiliza o modelo do justo valor na mensuração das suas propriedades de investimento.

Em 1 de julho de 2025, a administração decide utilizar o imóvel para fins relacionados com a sua atividade. Nesta data, já haviam sido reconhecidas todas as depreciações, e o justo valor do imóvel era de 850 000 EUR. Todavia, a referida alteração conduziu a que fossem levantadas dúvidas pelo Contabilista Certificado acerca da correta mensuração do edifício, em 1 de julho de 2025, após a reclassificação.

**Questão 1.:**

Qual das seguintes opções representam a quantia pela qual o edifício deve ser reconhecido?

- a) 800 000 EUR.
- b) 710 000 EUR.
- c) 825 000 EUR.
- d) 850 000 EUR.

**Questão 2.:**

Na sequência da reclassificação efetuada, foi celebrado em 1 de setembro de 2024, um contrato para prestar serviços de formação, naquele espaço, durante 10 meses, pelo valor total de 50 000 EUR. O contrato prevê que seja faturado inicialmente a quantia de 30 000 EUR (1 de setembro de 2024) e o remanescente no final do contrato (30 de junho de 2025). O serviço é prestado de forma contínua e uniforme durante os 10 meses.

A 31 de dezembro de 2024 qual das seguintes afirmações reflete o impacto desta transação?



- a) Deve ser reconhecido 20 000 EUR como rédito do período e 10 000 EUR como rédito diferido.
- b) Deve ser reconhecido 30 000 EUR como rédito do período.
- c) Deve ser reconhecido 20 000 EUR como rédito do período e 10 000 EUR como acréscimo de rendimentos.
- d) Nenhuma das hipóteses se encontra correta.

**Questão 3.:**

Em janeiro de 2024, a sociedade *ABC, Lda.* outorgou com a sociedade *ALI-B, Lda.* um contrato-promessa de compra e venda, pelo preço global de 500 000 EUR, que não tinha qualquer cláusula de livre cedência de posição contratual, tendo em vista a aquisição de uma fração destinada a habitação, sita no Porto, a construir pela *ALI-B, Lda.*. Foi acordado um pagamento de um sinal, no valor de 100 000 EUR, na data da celebração do referido contrato e o restante valor a ser pago no momento da outorga do contrato definitivo.

Em junho de 2025, a *ABC, Lda.*, devidamente autorizada pela *ALI-B, Lda.*, cedeu, por 150 000 EUR, quando o imóvel ainda estava em construção, a sua posição contratual no referido contrato ao Sr. José.

Face ao exposto, indique a afirmação correta:

- a) A realização da escritura de compra e venda do bem imóvel deverá motivar a liquidação prévia de IMT, figurando como sujeito passivo o Sr. José, assim como uma liquidação à posteriori de IMT, com fundamento no ajuste de revenda, figurando a *ABC, Lda.*, como sujeito passivo.
- b) Seria devido IMT pela *ALI-B, Lda.*, aquando da celebração do referido contrato e, posteriormente, será também devido IMT pelo Sr. José, aquando da realização do contrato definitivo.
- c) O referido contrato só determinará liquidação de IMT se acompanhado, no momento da outorga ou em momento posterior, da tradição do imóvel, pelo que, apenas será devido IMT pela transmissão onerosa do imóvel da *ALI-B, Lda.* para o Sr. José.



- d) A realização da escritura de compra e venda do bem imóvel deverá motivar duas liquidações à posteriori de IMT, uma pela venda do imóvel e outra com fundamento no ajuste de revenda, em ambas figurando como sujeito passivo o Sr. José.

**Questão 4.:**

No âmbito de um investimento que a *ABC, Lda.*, enquadrada no Regime Normal do IVA, pretende efetuar, contratou os serviços de uma empresa com sede nos Estados Unidos da América e sem estabelecimento estável em Portugal, relacionados com estudos, projetos e apoio à gestão.

- a) Aqueles serviços encontram-se sujeitos a IVA em Portugal, sendo a *ABC, Lda.*, o sujeito passivo da operação, devendo, portanto, proceder à autoliquidação do IVA. Aquando do seu pagamento, deverá, obrigatoriamente, proceder à retenção na fonte, em sede de IRC, à taxa de 28%.
- b) Aqueles serviços encontram-se sujeitos a IVA em Portugal, sendo a *ABC, Lda.*, o sujeito passivo da operação, devendo, portanto, proceder à autoliquidação do IVA. Aquando do respetivo pagamento, deverá proceder à retenção na fonte, em sede de IRC, à taxa de 25%, sem prejuízo da possibilidade de dispensa total de retenção, por força da respetiva convenção destinada a eliminar a dupla tributação.
- c) Aqueles serviços não se encontram sujeitos a IVA em Portugal, devendo a *ABC, Lda.*, aquando do seu pagamento, proceder à retenção na fonte, em sede de IRC, à taxa de 25%.
- d) Aqueles serviços não se encontram sujeitos a IVA em Portugal, devendo a *ABC, Lda.*, aquando do seu pagamento, não efetuar qualquer retenção na fonte, bastando, para tal, ter na sua posse o certificado de residência fiscal da entidade não residente emitido pelas respetivas autoridades fiscais, ficando assim dispensada de mencionar aquele rendimento na declaração modelo 30.



**Questão 5.:**

A Contabilista Certificada Sofia Oliveira prestava serviços de contabilidade à sociedade ABC, Lda., tendo cessado as suas funções há mais de dois anos. Recentemente, o atual Contabilista Certificado da empresa solicitou-lhe esclarecimentos sobre a estrutura de financiamento e documentos bancários antigos. A Sofia Oliveira, querendo colaborar com o Colega, enviou de imediato, por e-mail, cópia de extratos e relatórios financeiros que tinha arquivado no seu sistema pessoal.

A conduta adotada pela Contabilista Certificada Sofia Oliveira:

- a) Não é admissível neste momento, dado que as suas funções cessaram há mais de um exercício económico.
- b) É legítima, no rigoroso cumprimento do dever de lealdade entre contabilistas certificados.
- c) Constitui uma violação do dever de segredo profissional, que se mantém mesmo após a cessação de funções.
- d) Está protegida pelo interesse superior da transparência contabilística, devendo partilhar com o contabilista certificado sucessor todos os documentos solicitados.

**Questão 6.:**

Um colega de profissão comentou com a Contabilista Certificada Sofia Oliveira que é obrigatório realizar 30 horas de formação profissional contínua presencial, organizada pela Ordem dos Contabilistas Certificados, sob pena de incorrer em infração disciplinar. Esta afirmação:

- a) Está correta, nos termos do Regulamento de Formação Profissional.
- b) Está correta, devendo os contabilistas certificados frequentar formações sobre os principais impostos: IRS, IRC e IVA.
- c) Não está correta. As ações de formação exclusivamente ministradas pela Ordem dos Contabilistas Certificados podem não ser presenciais.
- d) Não está correta. As 30 horas de formação obrigatória, presencial ou online, não têm de ser exclusivamente ministradas pela Ordem dos Contabilistas Certificados.



**Questão 7.:**

Recentemente, a Contabilista Certificada Sofia Oliveira foi convidada a integrar o conselho fiscal de um cliente no qual, em simultâneo, é responsável pela contabilidade e pela assinatura das demonstrações financeiras.

Nos termos do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados e do Código Deontológico, a assunção das funções de contabilista certificado quando se é, simultaneamente, membro de um órgão fiscalizador da entidade cliente:

- a) É permitida, desde que previamente solicite a competente autorização ao Conselho de Supervisão da Ordem dos Contabilistas Certificados.
- b) Está vedada, por configurar violação do princípio da independência técnica.
- c) É possível, se não auferir qualquer remuneração.
- d) Não é admitida se houver algum grau de parentesco com algum sócio da sociedade.

A empresa *TecnoMec*, S.A. dedica-se à produção de um componente mecânico de precisão que fornece a fabricantes de maquinaria industrial. A sua capacidade produtiva anual normal é de 4 000 unidades. No último ano, registaram-se os seguintes dados operacionais:

- Unidades produzidas: 2 000
- Unidades vendidas: 1 700
- Preço de venda unitário: 1 500 EUR

Custos industriais:

- Matérias-primas: 1 344 000 EUR
- Gastos de conversão ou transformação:
  - Fixos: 403 200 EUR
  - Variáveis: 268 800 EUR

Custos não industriais:

- Fixos: 224 000 EUR
- Variáveis (em função das vendas): 51 000 EUR

A empresa apresentou ainda as seguintes Demonstrações dos Resultados, em euros, segundo dois métodos de apuramento de custos (designados X e Y):



	<b>X</b>	<b>Y</b>
<b>Vendas</b>	2 550 000	2 550 000
<b>Custo das vendas</b>	1 542 240	1 370 880
<b>Margem</b>	<b>1 007 760</b>	<b>1 179 120</b>
<b>Custos industriais não incorporados</b>	201 600	403 200
<b>Custos não industriais</b>	275 000	275 000
<b>Resultado líquido</b>	<b>531 160</b>	<b>500 920</b>

**Questão 8.:**

O ponto crítico das vendas é, aproximadamente, de:

- a) 459 unidades.
- b) 470 unidades.
- c) 904 unidades.
- d) 945 unidades.

**Questão 9.:**

A margem de segurança em função das vendas e a margem de contribuição em percentagem são de, respetivamente:

- a) 46,41% e 46,24%.
- b) 44,41% e 44,24%.
- c) 42,41% e 42,24%.
- d) 40,41% e 40,24%.

**Questão 10.:**

Os sistemas de custeio utilizados nas Demonstrações dos Resultados X e Y e as Existências Finais de Produtos Acabados (EFPA) foram, respetivamente:



- a) O Sistema de Custeio Total com uma EFPA de 302 400 EUR e o Sistema de Custeio Variável com uma EFPA de 241 920 EUR.
- b) O Sistema de Custeio Racional com uma EFPA de 272 160 EUR e o Sistema de Custeio Variável com uma EFPA de 241 920 EUR.
- c) O Sistema de Custeio Total com uma EFPA de 302 400 EUR e o Sistema de Custeio Racional com uma EFPA de 272 160 EUR.
- d) O Sistema de Custeio Racional com uma EFPA de 272 960 EUR e o Sistema de Custeio Total com uma EFPA de 302 400 EUR.

**Questão 11.:**

Se a empresa tiver a oportunidade de fazer uma venda extra de 200 unidades, suportando custos adicionais de 10 000 EUR, o preço de venda a partir do qual a empresa estará interessada neste negócio é de:

- a) 1 550 EUR.
- b) 1 415,6 EUR.
- c) 886,4 EUR.
- d) 856,4 EUR.

**Questão 12.:**

Admita que o componente mecânico de precisão é um produto obtido em sistema de custo padrão, sendo o consumo pré-definido de Mão de Obra Direta (MOD) para a sua obtenção equivalente a 12 EUR por unidade produzida e o preço padrão da hora de MOD de 4 EUR. Num determinado mês, uma vez que a quantidade real de horas foi de 10 500 H e o custo total dessas horas foi de 43 050 EUR, a produção do referido produto originou um desvio de MOD para um nível real de produção de 3 000 unidades. O valor do referido desvio de MOD foi de:

- a) 1 050 EUR em Desvio de Quantidade/Horas.
- b) 1 500 Horas em Desvio de Taxa.
- c) 6 000 EUR em Desvio de Taxa/Preço.
- d) 7 050 EUR em Desvio Total.



**Questão 13.:**

A *ServiçosPlus*, S.A. presta serviços de manutenção industrial e, no início de 2024, assinou um contrato de três anos com a entidade que opera na indústria metalúrgica, de modo a garantir a manutenção contínua das suas instalações. O contrato previa um valor fixo total de 350 000 EUR, distribuído ao longo do período, com custos inicialmente estimados pela *ServiçosPlus*, S.A. em cerca de 300 000 EUR para cumprir todas as obrigações.

No entanto, ao terminar o primeiro ano do contrato, a direção financeira da *ServiçosPlus*, S.A. fez uma análise detalhada das operações e concluiu que, devido ao aumento dos custos dos materiais e à necessidade de mão-de-obra especializada, os custos previstos para os próximos dois anos tinham aumentado significativamente. Os custos estimados passaram a ser 140.000 € para 2025 e 120.000 € para 2026, elevando o custo total estimado para 370.000 €.

Tendo em consideração esta realidade, o Contabilista Certificado teve que refletir sobre as implicações desta situação para as demonstrações financeiras referentes a 2025, naquilo que respeita à variação dos custos estimados. Face às dúvidas existentes qual das seguintes afirmações se encontra correta?

- a) A situação não tem impacto nas demonstrações financeiras referentes ao ano de 2025.
- b) A situação implica o reconhecimento de uma provisão pela quantia de 20 000 EUR.
- c) A situação implica o reconhecimento de uma perda por imparidade pela quantia de 20 000 EUR.
- d) A situação implica o reconhecimento de rédito de pela quantia de 128 333,33 EUR.

**Questão 14.:**

Quando encerrou as suas contas referentes ao exercício de 2024, em 31 de dezembro, encontrava-se evidenciado um saldo de clientes no valor de 180 000 EUR. O relatório e contas foi terminado em 20 de março de 2025, data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão. No dia 10 de fevereiro de 2025, um dos principais clientes da empresa, cujo saldo em dívida ascendia a 65 000 EUR, foi declarado



insolvente, tendo o administrador de insolvência comunicado que a massa insolvente apenas permitiria recuperar 10% do valor em dívida. Neste contexto, o Contabilista Certificado questiona-se se este acontecimento deve conduzir a ajustamentos nas contas de 2024 e em caso afirmativo qual o ajustamento a efetuar.

No caso, deve:

- a) Reconhecer uma perda por imparidade no valor de 58 500 EUR.
- b) Reconhecer uma provisão no valor de 58 500 EUR.
- c) Proceder à divulgação de um passivo contingente no valor de 65 000 EUR.
- d) Reconhecer uma perda por imparidade no valor de 65 000 EUR.

**Questão 15.:**

A sociedade *Rolomotor, Lda.*, sujeito passivo de IVA, enquadrado no regime normal, com sede em Bragança, é uma oficina de reparação automóvel. No âmbito da sua atividade, procedeu à reparação, nas suas instalações naquela cidade, de um veículo pesado de mercadorias, com matrícula espanhola e detido por uma empresa com sede na Corunha (Espanha), registada, para efeitos de IVA, naquele país (registo válido para efeitos de operações intracomunitária no VIES), a quem o serviço foi faturado.

No que se refere ao correto enquadramento daquela operação para efeitos de IVA:

- a) Não se encontra sujeita a IVA em Portugal, devendo a fatura ser emitida com a menção o "IVA - autoliquidação" [regra geral de localização - art.º 6.º, n.º 6, a) (a contrário)].
- b) Encontra-se sujeita a IVA em Portugal, na medida em que estamos na presença de um serviço efetuado sobre bem móvel corpóreo, materialmente executado em território nacional, devendo a fatura mencionar a liquidação do IVA à taxa de 23% (regra especial de localização - art.º 6.º, n.º 9, d)).
- c) Encontra-se sujeita a IVA, embora dele isento, devendo a fatura ser emitida com a menção ao art.º 14.º, n.º 1, a) do RITI.
- d) A referida operação encontra-se sujeita a Impostos Sobre Veículos e, como tal, isenta de IVA, nos termos da al. 32) do art.º 9.º do respetivo código.



**Questão 16.:**

A regularização do IVA a favor do sujeito passivo relativa aos seus créditos, considerados de cobrança duvidosa à luz do respetivo código, sobre clientes enquadrados no regime normal do IVA:

- a) Deverá ser efetuada mediante pedido de autorização prévia à AT, a apresentar no prazo de doze meses contados a partir da data em que os créditos sejam considerados vencidos.
- b) Deverá ser efetuada sem necessidade de recurso a qualquer pedido de autorização prévia.
- c) Deverá ser efetuada mediante pedido de autorização prévia à AT, a apresentar no prazo de seis meses contados a partir da data em que os créditos sejam considerados de cobrança duvidosa.
- d) Deverá ser efetuada mediante certidão judicial solicitada para o efeito.

**Questão 17.:**

A sociedade *Allteeth*, Lda., é uma clínica médica dentária, com sede no Porto, sujeito passivo de IVA, cuja atividade se encontra isenta nos termos do artigo 9.º do respetivo Código, não se encontrando abrangida pelo regime de tributação das aquisições intracomunitárias de bens (sem registo válido no VIES). Durante este ano irá adquirir um equipamento médico a uma empresa alemã, aí registada para efeitos de IVA, constituindo a sua primeira aquisição de bens proveniente de um território da União Europeia. O preço do referido equipamento será de 35 000 EUR, líquido de imposto.

Aquela aquisição a efetuar pela clínica constituirá:

- a) Uma aquisição intracomunitária de bens não tributada em Portugal, porque o adquirente é um sujeito passivo isento de IVA e, como tal, beneficia do regime de derrogação da sujeição do IVA nas aquisições intracomunitárias de bens.
- b) Uma venda à distância intracomunitária de bens, tributada em Portugal, sendo responsável pela liquidação do IVA o fornecedor alemão, uma vez que o adquirente é um sujeito passivo isento, devendo, para tal, o referido fornecedor registar-se em Portugal para efeitos de IVA.



- c) Uma aquisição intracomunitária de bens tributada em Portugal, sendo a clínica responsável pela liquidação do imposto, uma vez que o valor da aquisição excede 10 000 EUR, devendo proceder à entrega da respetiva declaração de alterações, antes de efetuar a referida aquisição, não conferindo o IVA liquidado direito à dedução.
- d) Uma aquisição intracomunitária de bens tributada em Portugal, sendo a clínica responsável pela liquidação do imposto e, simultaneamente, pela sua dedução, uma vez que o valor da aquisição excede 10 000 EUR, devendo proceder à entrega da respetiva declaração de alterações, após efetuar a referida aquisição.

**Questão 18.:**

Uma sociedade cujo capital próprio, em 30 de junho de 2024, ascendia a 160 000 EUR e o capital social a 100 000 EUR, representado por 100 000 ações com o valor nominal de 1 EUR, deliberou proceder a um aumento do capital social para 140 000 EUR. Este aumento de capital, não gerou qualquer alteração no valor nominal das ações existentes e será efetuado através de entradas de capital. As ações a emitir, também com o valor nominal de 1 EUR cada, serão colocadas à subscrição por um preço correspondente ao valor contabilístico das ações já existentes à data de 30 de junho de 2024, sendo a realização efetuada mediante entregas de dinheiro.

Após aquela operação de aumento do capital social:

- a) O capital social aumentará em 24 000 EUR.
- b) O ativo da sociedade aumentará em 40 000 EUR.
- c) O capital próprio da sociedade aumentará em 64 000 EUR.
- d) O prémio de emissão ascenderá a 64 000 EUR.

**Questão 19.:**

A Contabilista Certificada Cátia Moura, sócia e gerente da sociedade de contabilidade CM, Lda., assumiu, até 31/12/2024, a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal, da sociedade comercial *Carretos e Mudanças* Lda.. Para o efeito, tinha sido celebrado um contrato de prestação de serviços de contabilidade entre



as duas sociedades. A entrega da declaração de IVA referente ao último trimestre de 2024 deveria ter sido submetida até 20/02/2025. Contudo, entre os dias 10/02/2025 e 25/02/2025, a Contabilista Certificada prestou assistência inadiável e imprescindível à sua avó, tendo invocado justo impedimento junto da Autoridade Tributária e Aduaneira. Nestas circunstâncias, qual das seguintes afirmações é correta?

- a) Considerando que, em 20/02/2025, a Contabilista Certificada Cátia Moura já não era a responsável pela contabilidade da sociedade, não lhe assiste legitimidade para invocar justo impedimento, mesmo sendo da sua responsabilidade a entrega da declaração.
- b) A situação descrita não constitui justo impedimento, nos termos definidos pelo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados.
- c) A contabilista pode proceder à entrega da declaração fiscal até 21-04-2025, sem incorrer em qualquer sanção ou responsabilidade.
- d) A responsabilidade pela entrega da declaração fiscal deixou de lhe pertencer, pelo que não pode invocar justo impedimento.

**Questão 20.:**

No âmbito do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Contabilista Certificada e o seu cliente ficou estipulado que, além do valor mensal da avença, no final do ano, seria devido ainda um prémio de 50% da poupança fiscal obtida através da utilização de benefícios fiscais.

A contratualização deste prémio é admissível?

- a) Sim, uma vez que as partes convencionaram expressamente o pagamento deste prémio.
- b) Não, porque viola os princípios deontológicos que regem a profissão.
- c) Não, por configurar a prática de honorários desproporcionados face à complexidade do trabalho executado.
- d) Sim, se previamente a Contabilista Certificada solicitar um parecer vinculativo ao Conselho Diretivo da Ordem dos Contabilistas Certificados.